



### **AVISO CONJUNTO Nº 7/CGJ/2019**

Avisa sobre o sétimo ciclo de implantação do Sistema “Processo Judicial Eletrônico – Pje”, referente ao ano de 2019.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA e o CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso II do [art. 26](#) e os incisos I e XIV do [art. 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça](#), aprovado pela [Resolução do Tribunal Pleno nº 3](#), de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o disposto no inciso LXXVIII do [art. 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988](#), que assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

CONSIDERANDO a [Lei nº 11.419](#), de 19 de dezembro de 2006, que “dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências”;

CONSIDERANDO que a [Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 185, de 18 de dezembro de 2013](#), “institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento”;

CONSIDERANDO a [Portaria Conjunta da Presidência nº 411](#), de 20 de maio de 2015, que regulamenta o Sistema “Processo Judicial Eletrônico – Pje”, na Justiça comum de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO o que ficou consignado no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0108882-92.2018.8.13.0000,

AVISAM aos juízes de direito, servidores, advogados públicos e privados, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública e a quem mais possa interessar que haverá a implantação do Sistema “Processo Judicial Eletrônico – Pje”, abrangendo todas as classes processuais de natureza cível que tramitam na Justiça Comum e no Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e suas respectivas Turmas Recursais, conforme cronograma do sétimo ciclo de implantação definido para o ano de 2019:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Ciclo	Comarca	Data de entrada em produção do Sistema PJe
7º	Arinos	29/07/2019
	Buritis	
	Corinto	
	Três Marias	
	Vazante João Pinheiro	
	Várzea da Palma	
	Paracatu (JESP e Turma Recursal)*	
	Unaí (JESP)*	
	Pirapora (JESP)*	
	Itamarandiba	05/08/2019
	Malacacheta	
	Minas Novas	
	Novo Cruzeiro	
	Paraopeba	
	Turmalina	
	Capelinha	
	Diamantina	
	Teófilo Otoni (JESP e Turma Recusal)*	
	Itambacuri (JESP)*	
	Montes Claros (JESP)*	
	Bonfinópolis Minas	19/08/2019
	Medina	
	Porteirinha	
	Rio Pardo de Minas	
	São João do Paraíso	
	Taiobeiras	
	Araçuaí	
	Salinas	
	Águas Formosas	26/08/2019
	Carlos Chagas	
	Jacinto	
	Jequitinhonha	
	Almenara	



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

	Nanuque	
	Pedra Azul	
	Ferros (JESP)*	
	São Domingos do Prata (JESP)*	
	Timóteo (JESP)*	
	João Monlevade (JESP)*	
	Coronel Fabriciano (JESP)*	
	Ipatinga (JESP)*	
	Itabira (JESP)*	

\* Comarcas que já possuem o Sistema PJe implantado na Justiça Comum.

Belo Horizonte, 14 de maio de 2019.

(a) Desembargador **NELSON MISSIONS DE MORAIS**  
Presidente

(a) Desembargador **JOSÉ GERALDO SALDANHA DA FONSECA**  
Corregedor-Geral de Justiça